



**2º SIMULADO**  
**PÓS-EDITAL**  
JUIZ TJPR

# Simulado TJ-PR Juiz

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TJ-PR;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-PR-31-07-2021>

- |                |                |                |                |                 |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E  |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E  |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E  |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E  |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E  |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E  |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E  |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E  |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E  |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E  |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E  |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E  |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E  |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E  |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E  |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E  |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E  |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E  |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E  |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

**DIREITO CIVIL**

Gustavo Arruda

**01.** Pelo contrato de transporte alguém se obriga, mediante retribuição, a transportar, de um lugar para outro, pessoas ou coisas. Desta forma, é possível afirmar corretamente:

- a) O transportador NÃO pode exigir a declaração do valor da bagagem a fim de fixar o limite da indenização.
- b) A responsabilidade contratual do transportador por acidente com o passageiro NÃO é elidida por culpa de terceiro, contra o qual tem ação regressiva.
- c) NÃO se subordina às normas do contrato de transporte o feito gratuitamente, por amizade ou cortesia. Considera-se gratuito o transporte quando, feito sem remuneração, as vantagens auferidas forem apenas indiretas.
- d) O transportador NÃO pode recusar passageiros, mesmo se as condições de higiene o justificarem.
- e) O passageiro NÃO tem direito de rescindir o contrato de transporte antes de iniciada a viagem, mesmo que feita a comunicação ao transportador em tempo de renegociar a passagem.

**02.** Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados. Sobre este contrato, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Pode ser parte, no contrato de seguro, como segurador, qualquer pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade econômico-financeira.
- b) Nos seguros de dano, a garantia prometida pode ultrapassar o valor do interesse segurado no momento da conclusão do contrato, desde que não exista dolo do segurado com relação ao agravamento do risco.
- c) A indenização não pode ultrapassar o valor do interesse segurado no momento do sinistro, e, em hipótese alguma, o limite máximo da garantia fixado na apólice, mesmo em caso de mora do segurador.

d) Salvo disposição em contrário, o seguro de um interesse por menos do que valha acarreta a redução proporcional da indenização, no caso de sinistro parcial.

e) Não se admite, jamais, a transferência do contrato a terceiro, mesmo com a alienação ou cessão do interesse segurado.

**03.** Sobre o tema responsabilidade civil, assinale a alternativa CORRETA:

a) As partes podem reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção, desde que o façam por cláusula expressa.

b) No seguro de responsabilidade civil, o segurador garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo segurado a terceiro. Caso demandado judicialmente, é lícito ao segurado, neste caso, reconhecer sua responsabilidade, bem como transigir com o terceiro prejudicado, ou indenizá-lo diretamente, mesmo sem anuência expressa do segurador.

c) No contrato de fiança com mais de um fiador, cada um deles pode fixar no contrato a parte da dívida que toma sob sua responsabilidade, caso em que, mesmo sendo obrigado pelo todo em face do credor do afiançado, não será por mais obrigado perante o cofiador.

d) O incapaz responde pelos prejuízos que causar de forma direta e imediata. Mas a indenização poderá eventualmente ser equitativa, se houver qualquer desproporção entre a gravidade da culpa e o dano causado.

e) Na cessão de crédito a título oneroso, o cedente não fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu; nas cessões a título gratuito, não se responsabiliza nem se tiver procedido de má-fé.

**04.** É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava. Sobre a assunção de dívida, é possível dizer, CORRETAMENTE:

- a) Somente o devedor pode assinar prazo ao credor para que consinta na assunção da dívida, interpretando-se o seu silêncio como aceitação.
- b) Mesmo sem assentimento expresso do devedor primitivo, permanecem em vigor as garantias especiais por ele originariamente dadas ao credor.
- c) Se a substituição do devedor vier a ser anulada, restaura-se o débito, com todas as suas garantias, salvo as garantias prestadas por terceiros, exceto se este conhecia o vício que inquinava a obrigação.
- d) O novo devedor poderá opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
- e) O adquirente de imóvel hipotecado pode tomar a seu cargo o pagamento do crédito garantido; interpreta-se o silêncio do credor, notificado, como recusa.

**05.** Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor.

- a) Não cabe igual direito ao terceiro não interessado, mesmo se o fizer em nome e à conta do devedor.
- b) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, não tem direito a reembolsar-se do que pagar; e não se sub-roga nos direitos do credor.
- c) O pagamento feito por terceiro, com desconhecimento do devedor, obriga a reembolsar aquele que pagou; mas o pagamento feito com oposição do devedor, não o obriga. Se o devedor tinha meios para ilidir a ação, poderá cobrar ainda perdas e danos.
- d) O pagamento que importar transmissão da propriedade terá eficácia mesmo quando feito por quem não possa alienar o objeto em que ele consistiu.
- e) Se se der em pagamento coisa fungível, não se poderá mais reclamar do credor que, de boa-fé, a recebeu e consumiu, ainda que o solvente não tivesse o direito de aliená-la.

**06.** O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e deve observar, ainda:

- a) São excepcionalmente autorizados os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem, desde que atendidas às finalidades econômicas e sociais do direito de propriedade.
- b) O proprietário só pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social; mas não no caso no de requisição, mesmo que exista perigo público iminente
- c) A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, sem limite de altura e profundidade, não podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas, por terceiros, desde que autorizadas previamente pelo poder público.
- d) A propriedade do solo não abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.
- e) Os frutos da coisa pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário. Os produtos obedecem a preceito jurídico especial, pois atingem a substância da coisa, cabem geralmente ao responsável pela sua extração.

**07.** Multipropriedade é o regime de condomínio em que cada um dos proprietários de um mesmo imóvel é titular de uma fração de tempo, à qual corresponde a faculdade de uso e gozo, com exclusividade, da totalidade do imóvel, a ser exercida pelos proprietários de forma alternada. Sobre a multipropriedade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Extingue-se a multipropriedade automaticamente se todas as frações de tempo forem do mesmo multiproprietário.
- b) O imóvel objeto da multipropriedade é indivisível, não se sujeitando a ação de divisão ou de extinção de condomínio.
- c) A multipropriedade inclui as instalações e os equipamentos, mas não o mobiliário destinado a seu uso e gozo.

d) As frações de tempo são essencialmente divisíveis. O período correspondente a cada fração de tempo será de, no mínimo, 12 horas, seguidas ou intercaladas.

e) Todos os multiproprietários terão direito a uma quantidade mínima de dias seguidos durante o ano, não podendo haver a aquisição, pela mesma pessoa, de frações maiores que a mínima, com o correspondente direito ao uso por períodos também maiores.

**08.** São causas suspensivas do casamento as mencionadas abaixo, EXCETO a seguinte:

a) o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.

b) a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal.

c) o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.

d) o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal.

e) o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela, e não estiverem saldadas as respectivas contas.

**09.** Sobre a filiação, assinale a alternativa CORRETA:

a) O filho havido fora do casamento pode ser reconhecido pelos pais e conjunto, mas não separadamente.

b) Quando a maternidade constar do termo do nascimento do filho, a mãe não poderá contestá-la, nem se houver falsidade no termo ou nas declarações nele contidas.

c) O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é essencialmente revogável e será sempre posterior ao nascimento.

d) São plenamente eficazes a condição e o termo apostos ao ato de reconhecimento do filho.

e) Qualquer pessoa, que justo interesse tenha, pode contestar a ação de investigação de paternidade, ou maternidade.

**10.** Os descendentes que concorrerem à sucessão do ascendente comum são obrigados, para igualar as legítimas, a conferir o valor das doações que dele em vida receberam, sob pena de sonegação. Sobre o instituto da colação, assinale a alternativa CORRETA:

a) A colação tem por fim igualar, na proporção estabelecida neste Código, as legítimas dos descendentes e do cônjuge sobrevivente, obrigando também os donatários que, ao tempo do falecimento do doador, já não possuem os bens doados.

b) Computados os valores das doações feitas em adiantamento de legítima, mesmo se houver no acervo bens suficientes para igualar as legítimas dos descendentes e do cônjuge, os bens doados serão conferidos em espécie; e, quando deles já não disponha o donatário, pelo seu valor ao tempo da liberalidade, acrescido de perdas e danos.

c) Não são dispensadas da colação as doações, mesmo que o doador determine que elas saiam da parte disponível.

d) A dispensa da colação pode ser outorgada pelo doador em testamento, jamais no próprio título de liberalidade.

e) Aquele que renunciou a herança ou dela foi excluído, fica, não obstante, dispensado de conferir as doações recebidas, para o fim de repor o que exceder o disponível.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Rogério da Cunha

**11.** Sobre o regime processual da fazenda pública em juízo assinale a alternativa incorreta:

- a) De acordo com a Lei nº 13.105/2015, na ação rescisória, a petição inicial será elaborada com observância dos requisitos essenciais, devendo o autor depositar a importância de cinco por cento sobre o valor da causa, excetuando-se, apenas, os que tenham obtido o benefício de gratuidade da justiça.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
- c) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- d) Será representado em juízo, ativa e passivamente, o município, por seu prefeito ou procurador.
- e) O juiz requisitará às repartições públicas, em qualquer tempo ou grau de jurisdição, os procedimentos administrativos nas causas em que forem interessados a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios ou entidades da administração indireta.

**12.** Acerca do Incidente de resolução de demandas repetitivas no atual Código de Processo Civil assinale a alternativa correta:

- a) É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente potencial repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
- b) A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade impede que, uma vez satisfeito o requisito, seja o incidente novamente suscitado.

c) Há incidência de custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas

d) O incidente será julgado no prazo de 6(seis) meses e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.

e) Do julgamento do mérito do incidente caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso, sendo que o recurso tem efeito suspensivo, presumindo-se a repercussão geral de questão constitucional eventualmente discutida.

**13.** Sobre a jurisdição no Código de Processo Civil assinale a alternativa correta:

a) É admissível a ação meramente declaratória, salvo quando já tenha ocorrido a violação do direito

b) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência ou da inexistência de determinado fato

c) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo Código de Processo Civil.

d) Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.

e) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais dentro de suas competências territoriais, conforme as disposições deste Código.

**14.** Assinale a alternativa correta em relação à competência de foro:

- a) É competente o foro de domicílio da vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável;
- b) É competente o foro onde registrada, para a ação em que for ré sociedade ou associação sem personalidade jurídica.
- c) É competente o foro de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, salvo aeronaves.
- d) É competente o foro de residência do idoso, para a causas em que for réu ou autor
- e) É competente o foro de domicílio da mulher para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável.

**15.** Sobre as modalidades de intervenção de terceiros no atual Código de Processo Civil assinale a alternativa correta:

- a) Feita a denúncia pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante e acrescentar novos argumentos à petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.
- b) É admissível o chamamento ao processo ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam;
- c) O incidente de descon sideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, mas não no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- d) Acolhido o pedido de descon sideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será declarada nula.
- e) O amicus curiae pode apelar da sentença nos processos em que intervier.

**16.** Acerca do sistema recursal do atual Código de Processo Civil assinale a alternativa correta:

- a) A eficácia da decisão recorrida não poderá ser suspensa por decisão do relator, mesmo que a imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
- b) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- c) O recurso pode ser interposto apenas pela parte vencida e pelo terceiro prejudicado.
- d) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- e) É obrigatório o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.

**17.** Sobre a fase de Saneamento e da Organização do Processo assinale a alternativa CORRETA:

- a) O juiz poderá limitar o número de testemunhas levando em conta a complexidade da causa e dos fatos individualmente considerados.
- b) As pautas deverão ser preparadas com intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre as audiências.
- c) Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir a sua reforma, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.
- d) As partes podem apresentar ao juiz, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito, a qual, se homologada, vincula as partes mas não o juiz.
- e) O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 08 (oito), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato.

**18.** Sobre o sistema dos juizados especiais cíveis (Lei 9.099/95) analise as seguintes afirmações:

- I O juízo arbitral pode decidir por equidade.
- II O juízo arbitral não pode ser instaurado de ofício pelo juiz togado.
- III O árbitro será escolhido livremente pelas partes.
- IV A instauração do juízo arbitral depende de prévia convenção de arbitragem firmada em cláusula compromissória estipulada por escrito.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

**19.** Em determinado processo, em trâmite perante o 1º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital, a parte ré ao oferecer a sua contestação, suscitou a incompetência territorial do juízo. Em tal caso, confirmada essa alegação, deverá o magistrado:

- a) declinar da competência de ofício e determinar a remessa dos autos para o juízo competente.
- b) suscitar o conflito de competência.
- c) processar o feito normalmente e aguardar que a parte interessada argua a incompetência por meio de exceção.
- d) extinguir o processo sem resolução de mérito.
- e) proferir sentença definitiva e julgar improcedente o pedido.

**20.** Sobre os juizados especiais da fazenda pública (Lei 12.153/09) assinale a alternativa correta:

- a) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta) salários-mínimos.
- b) A entidade ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a na contestação.

- c) Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido para pagamento independentemente do precatório, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório.
- d) Nas causas de que trata a Lei nº 12.153/2009, é obrigatório o reexame necessário.
- e) As Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais são compostas por juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, na forma da legislação dos Estados e do Distrito Federal, com mandato de 2 (dois) anos, e integradas, preferencialmente, por juízes do Sistema dos Juizados Especiais, sendo vedada, sob qualquer hipótese, a recondução.

## DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

**21.** À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca das relações consumeristas, considere:

- I. A ausência de informação relativa ao preço, por si só, caracteriza publicidade enganosa.
- II. É abusiva a publicidade televisiva que omite o preço e a forma de pagamento do produto, condicionando a obtenção dessas informações à realização de ligação telefônica tarifada.
- III. É solidária a responsabilidade entre aqueles que veiculam publicidade enganosa e os que dela se aproveitam na comercialização de seu produto ou serviço.
- IV. É incabível o redirecionamento da condenação de veicular contrapropaganda imposta a posto de gasolina matriz à sua filial, respondendo somente aquela pela prática de propaganda enganosa ou abusiva ao consumidor.
- V. É abusiva a publicidade de alimentos direcionada, de forma explícita ou implícita, ao público infantil.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

**22.** Celina adquiriu um imóvel, ainda na planta, da incorporadora imobiliária Delta, para ser entregue em 10/10/2019. Porém, a incorporadora atrasou o término da construção do imóvel, o que fez com que os adquirentes destituíssem a incorporadora e criassem uma associação visando a contratação de uma nova construtora para prosseguir na construção do prédio. Ainda assim, Celina ingressou com ação judicial requerendo a reparação pelos danos materiais, lucros cessantes e danos emergentes, causados pela paralisação na construção e entrega do empreendimento. Acerca dos fatos narrados, é correto afirmar:

- a) Não serão devidos lucros cessantes, mas eventuais aportes financeiros adicionais assumidos pelos adquirentes a partir da destituição podem ser cobrados do incorporador destituído.
- b) São devidos lucros cessantes até o dia da contratação da nova construtora e eventuais aportes financeiros adicionais assumidos pelos adquirentes a partir da destituição podem ser cobrados do incorporador destituído.
- c) São devidos lucros cessantes até o dia da destituição da incorporadora, com a conseqüente assunção da obra pelos adquirentes, e eventuais aportes financeiros adicionais assumidos pelos adquirentes a partir da destituição não podem ser cobrados do incorporador destituído, sob pena de agravar-se, de forma unilateral, o risco de um negócio originário
- d) Não serão devidos lucros cessantes e eventuais aportes financeiros adicionais assumidos pelos adquirentes a partir da destituição não podem ser cobrados do incorporador destituído, sob pena de agravar-se, de forma unilateral, o risco de um negócio originário.
- e) São devidos lucros cessantes até o dia do ajuizamento da ação e eventuais aportes financeiros adicionais assumidos pelos adquirentes a partir da destituição podem ser cobrados do incorporador destituído.

**23.** De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, acerca responsabilidade por vício do produto e do serviço, é correto afirmar:

- a) No caso de vício do produto, não sendo esse sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, entre outras medidas a substituição do produto por outro, da mesma espécie ou não, desde que em perfeitas condições de uso.
- b) Nos contratos de adesão, a cláusula de prazo para sanar o vício do produto deverá ser convencionada em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor.
- c) No caso de vício do produto, tendo o consumidor optado pela substituição do bem, mas não sendo essa possível, poderá haver substituição por outro de espécie, marca ou modelo diversos, independentemente de complementação ou restituição de eventual diferença de preço.
- d) No caso de fornecimento de produtos in natura, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, ainda quando identificado claramente seu produtor.
- e) No caso de vício do produto, poderão as partes convenionar a redução ou ampliação do prazo para saná-lo, não podendo ser inferior a sete nem superior a trinta dias.

24. Matilda adquiriu, em 20 de março de 2019 uma esteira ergométrica, em determinada loja de equipamentos esportivos. Contudo, Matilda precisou reformar o espaço em que seria instalada a esteira, em sua casa, e, por isso, desde então, a esteira ficou guardada. Em 30 de maio de 2019, após finalizar a obra, Matilda abriu a embalagem e verificou que a esteira tinha um grande rasgo na lona, que impedia claramente o uso. Em 10 de agosto de 2019, ela formulou reclamação formal ao fornecedor do equipamento, o qual, em 15 de agosto de 2019, respondeu à reclamação, negando-se a reparar o produto. Diante do dano, Matilda ajuizou ação em face da loja, em 10 de setembro de 2019, requerendo a substituição do produto por outro da mesma espécie. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) o direito de Matilda reclamar pelo vício decaiu em junho de 2019.
- b) o direito de Matilda reclamar pelo vício decaiu em abril de 2019.
- c) o direito de Matilda reclamar pelo vício prescreveu em abril de 2019.
- d) o direito de Matilda reclamar pelo vício prescreveu em agosto de 2019.
- e) o direito de Matilda reclamar pelo vício poderia ser exercido até setembro de 2019.

25. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, acerca da execução das ações coletivas para defesa dos direitos individuais homogêneos dos consumidores, é correto afirmar:

- a) A legitimidade para liquidação e a execução de sentença é exclusiva da vítima e de seus sucessores.
- b) A execução coletiva far-se-á com base em certidão das sentenças de liquidação, da qual deverá constar a ocorrência ou não do trânsito em julgado.
- c) A execução não pode ser coletiva, devendo ser promovida pelas vítimas cujas indenizações já tiveram sido fixadas em sentença de liquidação, sem prejuízo do ajuizamento de outras execuções.
- d) É competente para a execução o juízo da liquidação da sentença ou da ação condenatória, no caso de execução coletiva.

- e) É competente para a execução o juízo da ação condenatória, no caso de execução individual.

## DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

26. Adriano, adolescente de 16 anos, cometeu dois atos infracionais análogos ao crime de homicídio, um em janeiro e outro em fevereiro de 2021. Os fatos foram submetidos à apreciação de juízes diferentes. Em relação ao ato infracional praticado em fevereiro, foi determinada a submissão do adolescente à medida socioeducativa de internação. No segundo processo, sobre o ato infracional praticado em janeiro, ainda não houve decisão. Considerando essa situação, com fundamento na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) deve ser proferida decisão de extinção do processo sem julgamento de mérito no segundo processo, considerando-se que o ato infracional anterior foi absorvido pelo posterior.
- b) deve ser proferida decisão de extinção do processo de improcedência do pedido de aplicação de medida socioeducativa no segundo processo, considerando-se que o ato infracional anterior foi absorvido pelo posterior.
- c) caso seja determinada a aplicação de nova medida de internação no segundo processo, o tempo de duração da medida poderá ser majorado em razão da reincidência.
- d) caso seja determinada a aplicação de nova medida de internação no segundo processo, o juiz de conhecimento deverá avaliar se é adequado o reconhecimento da absorção do ato infracional anterior pelo posterior aos quais foi aplicada a mesma medida.
- e) caso seja determinada a aplicação de nova medida de internação no segundo processo, o juiz de execução deverá avaliar se é adequado o reconhecimento da absorção do ato infracional anterior pelo posterior aos quais foi aplicada a mesma medida.

**27.** Deferida adoção bilateral, será expedido mandado judicial a ser apresentado ao registro civil de pessoas naturais, devendo o oficial de registro:

- a) averbar o cancelamento do registro de nascimento original do adotado e efetuar novo registro de nascimento em que constem como pais os adotantes.
- b) retificar o registro de nascimento original do adotado para fazer constar como pais os adotantes.
- c) anotar o deferimento da adoção no registro de nascimento original do adotado para tornar o ato sem efeito e efetuar novo registro de nascimento em que constem como pais os adotantes.
- d) efetuar novo registro de nascimento do adotado em que constem como pais os adotantes, fazendo anotações com remissões recíprocas no registro de nascimento original, o qual não deve ser alterado de outra forma.
- e) lavrar escritura pública de transferência da paternidade e registrar o ato de ofício no registro de nascimento original para fazer constar como pais os adotantes.

**28.** Sobre os Conselhos Tutelares, assinale a alternativa correta:

- a) Os Conselhos Tutelares são considerados órgãos integrantes da administração judiciária local.
- b) Os Conselhos Tutelares são compostos por 5 membros.
- c) O mandato dos membros dos Conselhos Tutelares é de 2 anos.
- d) É permitida uma recondução, mediante novo procedimento de escolha, de membro do Conselho Tutelar.
- e) Um mesmo Município não pode ter mais de um Conselho Tutelar.

**29.** Assinale a alternativa correta a respeito do procedimento de adoção internacional:

- a) O país de acolhida é o país de nacionalidade da pessoa ou casal estrangeiro.
- b) O pedido de habilitação à adoção pode pessoa ou casal estrangeiro deve ser formulado diretamente perante a Autoridade Central Estadual do local de residência do adotando.
- c) O estudo psicossocial do postulante estrangeiro à adoção deve ser elaborado pela Autoridade Central do país de acolhida.
- d) Verificando a viabilidade do pedido de adoção internacional, a Autoridade Central Estadual emitirá laudo de habilitação à adoção internacional com prazo de validade de no máximo 2 anos.
- e) O pedido de habilitação à adoção internacional pode ser intermediado por organismos, competindo à Autoridade Central Estadual o credenciamento.

**30.** A respeito do procedimento de entrega de filho à adoção pelos pais, é correto afirmar que:

- a) é irretratável o consentimento, mas é admissível o arrependimento, a ser exercido no prazo de 10 dias contados da data da prolação da sentença de extinção do poder familiar.
- b) o consentimento deve ser confirmado em audiência com a presença do Ministério Público, devendo as partes estar acompanhadas de advogado ou defensor público, vedada a entrega da criança em juízo antes da audiência.
- c) o consentimento somente terá valor se prestado até 1 ano após o nascimento da criança.
- d) o consentimento prestado por escrito deve ser confirmado em audiência e será considerado inválido, caso contrário.
- e) é admissível a retratação do consentimento até o momento de prolação da sentença de extinção do poder familiar.

**DIREITO PENAL**

Rodrigo Assumpção

**31.** Marque a alternativa incorreta:

- a) Para a teoria normativa ou jurídica, o resultado é a lesão ou possibilidade de lesão a um bem jurídico tutelado pela norma penal. Deste modo, todo crime possui um resultado jurídico.
- b) O crime gratuito é aquele que é desproporcional ao resultado provocado pelo delito.
- c) Nos crimes de resultado cortado ou antecipado o tipo penal não prevê a produção do elemento subjetivo especial para a sua consumação.
- d) O crime de perigo concreto exige que haja demonstração de que o bem jurídico efetivamente foi posto em perigo, como no caso do crime de incêndio.

**32.** Assinale a alternativa correta, entre as seguintes assertivas relacionadas à teoria do crime:

- a) A falsa compreensão ou identificação da lei em relação à elementar do tipo penal configura erro de proibição.
- b) A culpa imprópria se refere à hipótese de ocorrência da discriminante putativa do erro evitável pelas circunstâncias.
- c) Para a teoria social da ação, a conduta é concebida como o exercício de uma atividade final dirigida concretamente a fato juridicamente relevante.
- d) Na aberratio criminis, havendo a produção de dois resultados, por contrariar a expressa disposição legal, não poderá ser aplicada a regra do cúmulo material benéfico.

**33.** Sobre as causas de justificação que excluem a antijuridicidade do crime, assinale a alternativa correta.

- a) No excesso de legítima defesa accidental o agente responde pelo fato criminoso.
- b) O estado de necessidade e a coação moral irresistível constituem-se como causas excludentes de ilicitude.
- c) Em relação à teoria finalista, é correto afirmar que a culpabilidade é constituída pela imputabilidade, dolo e culpa, e pela inexigibilidade de conduta diversa.

d) Não constitui legítima defesa a ação do agredido perpetrada contra ato de um sonâmbulo, pois neste caso o agressor não praticou uma conduta.

**34.** Sobre a aplicação da pena, assinale a alternativa correta, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- a) Na segunda fase de dosimetria da pena, a incidência de atenuante pode conduzir a pena abaixo do mínimo legal, levando em conta o princípio da individualização da pena.
- b) No crime de roubo, a existência de duas ou mais causas de aumento de pena impõem a exasperação da pena tão somente em razão do número de majorantes existentes.
- c) Não incide a atenuante prevista no art. 65, inciso III, “d”, do Código Penal, na chamada confissão qualificada, ainda que o magistrado utilize a confissão para fundamentar a sua conclusão pela condenação do réu.
- d) É possível, na segunda fase da dosimetria, a compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea.

**35.** Julgue os itens a seguir, relativos a delitos contra o patrimônio.

I – Caso o juiz reconheça o privilégio contido no artigo 155, §2º, do Código Penal, o juiz deverá diminuir a pena do réu em dois terços.

II – Trata-se de crime único o roubo praticado no mesmo contexto fático contra várias vítimas e patrimônios diversos.

III – O crime de extorsão mediante sequestro é de natureza formal, não se exigindo para sua consumação que o agente obtenha a vantagem pretendida.

IV – Há estelionato quando a fraude é empregada a fim de que a vítima, espontaneamente, entregue a coisa.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.

**36.** Considere as seguintes afirmações:

I – A natureza jurídica da sentença concessiva de perdão judicial, no homicídio culposo, segundo orientação sumulada do Superior Tribunal de Justiça, é condenatória, não subsistindo efeitos secundários.

II – O Código Penal adotou a teoria pluralista em relação aos crimes de aborto praticado pela própria gestante (art. 124, do Código Penal) e aborto provocado por terceiro (art. 125, do Código Penal).

III – O crime de homicídio admite interpretação analógica no que diz respeito à qualificadora que indica meios e modos de execução desse crime

IV – A futilidade para qualificar o homicídio deve ser apreciada subjetivamente, ou seja, pela opinião do sujeito ativo.

Conclui-se que está correto o que se afirma **SOMENTE** em

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) III e IV

**37.** Em relação aos crimes contra a dignidade sexual, assinale a opção que se encontra em conformidade com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

- a) O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, mas a existência de relacionamento amoroso com o agente é causa de exclusão da tipicidade do crime.
- b) O estado de sono que diminuir a capacidade de resistência da vítima não caracteriza a vulnerabilidade prevista no art. 217-A, §1º, do Código Penal.
- c) Não há necessidade de contato físico entre ofensor e vítima para a configuração dos crimes previstos nos artigos 213 (estupro) e 217-A (estupro de vulnerável) do Código Penal.
- d) Não se configura o crime de assédio sexual (art. 216-A, do Código Penal) na relação entre professor e aluno.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Leonardo Tavares

**38.** Em relação aos sujeitos processuais, assinale a alternativa correta.

- a) Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente exclusivamente consanguíneo, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- b) Se o acusado não atender à intimação para o interrogatório, a autoridade poderá mandar conduzi-lo à sua presença, situação que não implica violação a qualquer direito da defesa.
- c) A constituição de defensor dependerá de instrumento de mandato, ainda que o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
- d) Estarão impedidos os peritos que tiverem prestado depoimento em processo semelhante ou opinado anteriormente sobre o objeto da perícia.
- e) Ao assistente será permitido propor meios de prova, requerer perguntas às testemunhas, aditar o libelo e os articulados, participar do debate oral e arazoar os recursos interpostos pelo Ministério Público, ou por ele próprio.

**39.** Realizou-se a prisão em flagrante de um indivíduo que foi encontrado, logo depois da prática do crime de roubo, portando uma arma de fogo e determinado objeto subtraído indicado pelas vítimas, fazendo-se presumir ser o autor do fato – até pelo pronto reconhecimento. Durante a condução do preso até a Delegacia, os policiais presenciaram o acusado proferindo ameaças às vítimas, dizendo que iria “apagá-las” assim que saísse da prisão. Considerando que foi encaminhado o auto de prisão ao juiz na mesma data, constando todas essas informações e circunstâncias da prisão, bem como que transcorreram, inadvertidamente, quatro dias até a realização da audiência de custódia, caberá ao juiz, observando as disposições do Código de Processo Penal e as alterações promovidas pela Lei nº 13.964/2019:

- a) relaxar imediatamente a prisão ilegal em sede de audiência, considerando que o auto de prisão foi encaminhado após o transcurso do prazo legal de 24 (vinte e quatro) horas, não sendo possível a manutenção da custódia, a qualquer título.
- b) homologar o flagrante, uma vez que o prazo previsto para a audiência de custódia é mera recomendação e não importa em nulidade imediata.
- c) relaxar a prisão ilegal, uma vez que não existem indicativos suficientes de que o preso praticou o fato noticiado.
- d) homologar o flagrante e, na sequência, decretar a prisão preventiva, em razão do perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.
- e) relaxar a prisão ilegal e, no mesmo ato, decretar a prisão preventiva, em razão da presença dos requisitos legais.

**40.** Caberá prisão temporária, de acordo com a Lei nº 7.960/1989:

- I – Quando imprescindível para as investigações do inquérito policial, no caso de crime de tráfico de drogas.
- II – Quando, no curso da ação penal, o indiciado pela prática de roubo não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.

III – Somente em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público.

IV – No caso de crime de roubo simples (art. 157 do CP), quando imprescindível para as investigações do inquérito policial, pelo prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- e) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.

**41.** Sobre as citações e intimações no processo penal, marque a alternativa correta.

- a) A intimação do funcionário público para comparecer em juízo, como acusado, deverá ocorrer na pessoa do chefe de sua repartição.
- b) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, independentemente de ordem judicial para a diligência, caso em que será dispensada a nomeação de defensor dativo para a continuidade do processo.
- c) A citação do militar deverá ser realizada por intermédio do chefe do respectivo serviço.
- d) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, deverá ser-lhe nomeado defensor e dado prosseguimento ao feito, até sentença.
- e) A intimação do defensor nomeado, do advogado do querelante e do assistente far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca.

**42.** No tocante ao do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri, assinale a opção correta.

- a) O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação. Por outro lado, deverá absolver sumariamente o réu quando provado não ser ele autor ou partícipe do fato.
- b) Se houver indícios de autoria ou de participação de outras pessoas não incluídas na acusação, o juiz, ao pronunciar ou impronunciar o acusado, determinará desde logo a citação.
- c) Preclusa a decisão de pronúncia, os autos serão encaminhados ao juiz presidente do Tribunal do Júri. Nesse caso, não mais será possível a inclusão de circunstância superveniente que altere a classificação do crime.
- d) Ao receber os autos, o presidente do Tribunal do Júri determinará a intimação do órgão do Ministério Público ou do querelante e do defensor, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário, não sendo possível, por outro lado, a juntada de novos documentos nessa fase.
- e) Somente será aceita escusa do jurado fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, no máximo e ordinariamente, até o momento da sua respectiva intimação pessoal.

**43.** Em relação à liberdade provisória e fiança, é correto afirmar que

- a) a fiança obrigará o afiançado a comparecer perante a autoridade, todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento. Quando não comparecer, a fiança será cassada.
- b) será exigido o reforço da fiança apenas quando a autoridade tomar, por engano, fiança insuficiente e quando houver depreciação material ou perecimento dos bens hipotecados ou caucionados, ou depreciação dos metais ou pedras preciosas.
- c) a proibição de liberdade provisória nos processos por crimes hediondos veda o relaxamento da prisão processual por excesso de prazo.

d) a concessão de liberdade provisória sem fiança ocorrerá, nos termos da lei, na hipótese de verificação de excludente de ilicitude ou quando, comprovadamente, a condição financeira do acusado não permitir o recolhimento dessa garantia, casos em que terá de cumprir com outras obrigações.

e) entender-se-á perdido, na metade, o valor da fiança, se, condenado, o acusado não se apresentar para o início do cumprimento da pena definitivamente imposta.

**44.** Assinale a alternativa correta, considerando o disposto no Código de Processo Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- a) O reconhecimento fotográfico do réu jamais pode servir como meio idôneo de prova para fundamentar a condenação, diante da absoluta ausência de previsão legal.
- b) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, outros meios de prova não poderão suprir-lhe a falta.
- c) O laudo pericial poderá ser substituído por outros elementos de prova na hipótese em que as evidências tenham desaparecido ou que o lugar se tenha tornado impróprio ou, ainda, quando as circunstâncias do crime não permitirem a análise técnica.
- d) O juiz, por decisão fundamentada e apenas a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência, quando existir fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa ou de que, por outra razão, possa fugir durante o deslocamento
- e) O direito processual penal brasileiro não admite o indício como meio de prova.

**LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL**

Ivan Marques

**45.** Além do crime de lavagem de capitais, a Lei 9.613/96 também traz conteúdo processual. A respeito das disposições processuais indicadas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) a ordem de prisão poderá ser suspensas pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata comprometer a busca por elementos informativos de prova.
- b) o juiz, ouvido o Ministério Público, nomeará exclusivamente pessoa física para administrar os bens sujeitos a medidas assecuratórias.
- c) o acusado citado por edital que não comparecer nem constituir advogado terá seu processo suspenso, junto com o prazo prescricional.
- d) a prescrição do crime antecedente interfere diretamente na constituição típica do delito de lavagem de capitais, pelo desinteresse demonstrado pelo Estado na cadeia causal dos fatos.
- e) a decisão sobre a unidade de processo e julgamento dos processos envolvendo a infração penal antecedente e o delito de lavagem de capitais caberá ao Ministério Público, titular das ações penais.

**46.** Aponte a alternativa integralmente correta em relação ao procedimento comum sumaríssimo:

- a) a formalização do auto de prisão em flagrante será possível se o suspeito se recusar a comparecer ao Juizado Especial Criminal quando for notificado para a audiência preliminar.
- b) caberá apelação da decisão judicial que homologa a composição civil dos danos.
- c) o Ministério Público poderá optar entre a apresentação de proposta de transação penal e o arquivamento.
- d) o crime de lesão corporal passou a ser condicionado à representação da autoridade policial, como condição objetiva de procedibilidade, apenas nos casos da lesão ser leve ou culposa e não for hipótese de aplicação da Lei Maria da Penha.

e) a suspensão do processo será obrigatoriamente revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo do período de prova do sursis processual, por jogo do bicho.

**47.** Sobre a legislação extravagante ao Código Penal e a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir no tocante à Lei Maria da Penha:

- I. A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- II. Não é possível a aplicação do princípio da insignificância nos delitos praticados com violência ou grave ameaça no âmbito das relações domésticas e familiares.
- III. O descumprimento de medida protetiva de urgência configura o crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal.

São corretas:

- a) Todas.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) Apenas a III.

**48.** Aponte a alternativa que contraria as disposições normativas da tutela de crianças e adolescentes:

- a) pratica crime a autoridade competente que deixa, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão.
- b) a adequação formal ao tipo penal da conduta de vender explosivo será possível se o destinatário do produto for criança ou adolescente.
- c) o crime de promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro possui qualificadora se houver emprego de violência, grave ameaça ou fraude.
- d) a mera promessa para entregar o filho a terceiro mediante recompensa futura encontra-se na fase dos atos preparatórios do *iter criminis*.
- e) os atos praticados em salas de bate papo da internet por adultos podem integrar o delito de corrupção de menores.

**49.** Evair, engenheiro desempregado, em busca de dinheiro para pagar suas dívidas, decide vender drogas pela primeira vez na vida. Assim que entrega a droga para um usuário e recebe o pagamento, é flagrado pela Polícia Militar e conduzido ao Distrito Policial. Em caso de condenação por tráfico de drogas:

- a) fará jus a atenuante específica por força da primariedade.
- b) poderá valer-se do princípio da insignificância.
- c) poderá ver a sua pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos.
- d) poderá receber proposta de transação penal.
- e) poderá receber proposta de acordo de não persecução penal.

**50.** Em relação à transação penal, aponte a alternativa CORRETA:

- a) Trata-se da aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas por parte do Ministério Público.
- b) A proposta não pode apresentar apenas a pena de multa.

c) O juiz homologa a proposta caso o suspeito já a tenha cumprido, para fins de homologação e extinção da punibilidade.

d) O aceite da proposta não importa em reincidência, mas tem como requisito a confissão.

e) Da sentença homologatória caberá apelação em 10 dias.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

**51.** O estado de Roraima, por emenda à Constituição, instituiu procuradoria jurídica própria para a Universidade estadual, apartada da Procuradoria-Geral do Estado, com carreira e estrutura próprias. A respeito do caso narrado, segundo orientação do Supremo Tribunal Federal e consoante redação da Constituição Federal, indique a assertiva correta.

a) A unicidade é princípio que rege a advocacia pública, de modo que é vedada a criação de procuradorias autárquicas e fundacionais próprias, salvo as que já existiam antes da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988.

b) A Universidade goza de autonomia suficiente para instituir a sua procuradoria jurídica própria, apartada da Procuradoria-Geral do Estado.

c) A Procuradoria-Geral do Estado promove a representação e a assessoria jurídica dos Estados-membros, compreendida apenas a administração pública direta.

d) Aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada a vitaliciedade, adquirida após dois anos de efetivo exercício.

e) A Emenda à Constituição de Roraima é inconstitucional, porque a procuradoria da Universidade somente poderia ser instituída por lei de iniciativa da própria Universidade.

**52.** Por iniciativa do Tribunal de Justiça do Paraná, a Assembleia Legislativa aprovou e o Governador sancionou, promulgou e encaminhou à publicação a Lei WW/2021, que atribui ao Tribunal de Justiça a competência para processar e julgar originariamente habeas corpus contra ato de determinadas autoridades estaduais.

A respeito da Lei WW/2021, considerando a redação da Constituição Federal, indique a alternativa correta.

- a) A Lei WW/2021 é inconstitucional, porque é matéria que deve ser disciplinada na Constituição do Estado.
- b) A Lei WW/2021 é constitucional, tendo sido respeitado o processo legislativo e a iniciativa exclusiva do Tribunal de Justiça acerca da matéria.
- c) A Lei WW/2021 é inconstitucional, uma vez que o assunto é reservado à lei complementar.
- d) A Lei WW/2021 é inconstitucional, porque as competências do Tribunal de Justiça do Paraná são definidas pelo Regimento Interno do Tribunal.
- e) A Lei WW/2021 é inconstitucional, porque a competência do Tribunal de Justiça deve ser definida na lei de organização judiciária.

**53.** João, Presidente da República, foi eleito em 2018, tendo sido empossado em 1º de janeiro de 2019. Em março de 2020, a Câmara dos Deputados, por decisão de 3/5 de seus membros, autorizou a abertura de processo por crime de responsabilidade contra o Chefe do Executivo. O Senado Federal processou e julgou o Presidente e, por decisão de 61 Senadores, condenou-o, aplicando as penas de perda do mandato e inabilitação por oito anos.

A respeito do caso narrado, aponte a única alternativa correta.

- a) Em decorrência da inabilitação, pelo período de oito anos, João não poderá exercer direitos políticos ativos e nem direitos políticos passivos.
- b) O rito do processo de *impeachment* não observou o regramento constitucional, uma vez que o quórum necessário para autorizar a abertura de processo por crime de responsabilidade é o de 2/3 do total de membros da Câmara dos Deputados.

c) No Senado Federal, 41 votos seriam suficientes para condenar o Presidente da República por crime de responsabilidade, pois o quórum exigido pela Constituição Federal é o de maioria absoluta.

d) No processo por crime de responsabilidade, eventual condenação enseja apenas a perda do cargo, não se admitindo a aplicação de inabilitação.

e) No processo por crime de responsabilidade, a inobservância ao devido processo legal pode ser combatida por meio de *habeas corpus*, da competência de julgamento do Supremo Tribunal Federal.

**54.** A respeito da ação direta de inconstitucionalidade (ADI), conforme redação da Lei 9.868/1999, analise os itens e em seguida indique a assertiva correta.

I. A ADI não admite desistência, uma vez que não há direito subjetivo questionado.

II. No processo de ação direta de inconstitucionalidade, não se admite intervenção de terceiros, exceto a modalidade especial *amicus curiae*.

III. No processo da ADI, tanto o Advogado-Geral da União quanto o Procurador-Geral da República serão ouvidos, cada qual no prazo de dez dias.

IV. Não se admite recurso da decisão que declara a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo em ação direta de inconstitucionalidade.

O verdadeiro somente o que se afirma em

- a) I e IV.
- b) II, III e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) I, II e IV.

**55.** A respeito do Poder Constituinte, indique a assertiva correta.

- a) O Poder Derivado Decorrente é destinado à criação de Constituição estadual e das leis orgânicas municipais.
- b) A Constituição Federal não pode ser emendada na vigência de estado de sítio, estado de defesa, estado de calamidade pública e de intervenção federal.
- c) Mutação constitucional   uma mudança informal do texto constitucional, alterando-se o sentido, mas preservando-se a reda o da Constitui o inalterada.
- d) O Poder Constituinte Originário   incondicionado, insubordinado e ilimitado, mas se dissolve no momento em que a Constitui o   promulgada.
- e) A cada cinco anos, a partir de sua promulga o, a Constitui o Federal deve passar por um processo simplificado de revisão, de modo que o Congresso Nacional promova as necessárias atualiza es em sessão unicameral e com o quórum de maioria absoluta.

**56.** Por determina o do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos autos do processo administrativo 101010, dezenas de ocupantes de cargo em comissão dos quadros do Tribunal de Justiça de Goiás, criados pela Lei YY/2020, foram exonerados. Inconformado, o Sindicato de Servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás ajuizou a o anulatória do ato do CNJ. Consoante reda o da Constitui o Federal e segundo posicionamento do Supremo Tribunal, a competência para processar e julgar a a o anulatória  

- a) de juiz federal.
- b) do Superior Tribunal de Justiça.
- c) do Tribunal de Justiça de Goiás.
- d) do Supremo Tribunal Federal.
- e) de Juiz do Trabalho.

**57.** Acerca da organiza o constitucional do Poder Executivo, marque a alternativa incorreta:

- a) Nos Municípios com menos de duzentos mil eleitores, há turno único para elei o do Prefeito e do Vice-Prefeito.
- b) Os subsídios dos chefes do Executivo federal, estadual e municipal serão fixados pelo Poder Legislativo do respectivo ente federativo, mediante decreto legislativo.
- c) Na elei o do Presidente e do Vice-Presidente da República, se antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se- , dentre os remanescentes, o de maior vota o.
- d) No Executivo, a elei o   majoritária, de maneira que serão considerados eleitos aqueles candidatos que, registrados por partido político, obtiverem a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.
- e) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos dois primeiros anos do mandato, far-se-  elei o noventa dias depois de aberta a última vaga. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a elei o para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

**58.** Lei do estado do Amazonas estabeleceu que, durante a vigência de carência contratual, as operadoras de planos de saúde no âmbito do ente federativo não poderão recusar atendimento ou prestação de qualquer serviço aos seus usuários que estejam com quadro clínico ainda não diagnosticado ou com diagnóstico positivo de contaminação pela COVID-19. A respeito do caso narrado, conforme se depreende do texto da Constituição Federal e segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

- a) A lei estadual é inconstitucional, uma vez que a competência para legislar sobre Direito Civil, Comercial e Política de Seguros é privativa da União.
- b) O Legislativo estadual não pode, sem delegação de competência da União, inovar sobre a imposição de períodos de carências pelas operadoras de planos de saúde.
- c) A lei estadual é constitucional, porque dispõe sobre proteção ao consumidor e sobre saúde, assuntos que são da competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.
- d) A lei do Amazonas apresenta uma inconstitucionalidade orgânica que pode ser combatida por meio da ação direta de inconstitucionalidade.
- e) O Governador do Amazonas é legitimado a propor ação direta de inconstitucionalidade para combater a lei, uma vez que a pertinência temática resta comprovada.

## DIREITO ELEITORAL

Ricardo Torques

**59.** O requerimento de registro de partido político:

- a) é dirigido ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede e deve ser subscrito por ao menos 100 (cem) fundadores com domicílio eleitoral em, no mínimo, dois terços dos Estados.
- b) é dirigido ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital Federal e deve ser subscrito por ao menos 100 (cem) fundadores com domicílio eleitoral em, no mínimo, um terço dos Estados.
- c) é dirigido ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital Federal e deve ser subscrito por ao menos 100 (cem) fundadores com domicílio eleitoral em, no mínimo, dois terços dos Estados.
- d) é dirigido ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede e deve ser subscrito por ao menos 101 (cento e um) fundadores com domicílio eleitoral em, no mínimo, um terço dos Estados.
- e) é dirigido ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital Federal e deve ser subscrito por ao menos 101 (cento e um) fundadores com domicílio eleitoral em, no mínimo, um terço dos Estados.

**60.** Do total de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), a porção a ser dividida entre os partidos políticos para o primeiro turno das eleições de acordo com a proporção do número de representantes no Senado Federal, consideradas as legendas dos titulares, corresponde a:

- a) 10%.
- b) 15%.
- c) 25%.
- d) 35%.
- e) 48%.

**61.** Sobre o sistema de votação híbrido, assinale a alternativa correta:

- a) apesar da ampla discussão, não houve, até o momento, qualquer Lei que buscasse introduzir sistema de votação híbrido no Brasil.
- b) na forma como concebido o sistema híbrido pelo Legislativo brasileiro, a urna eletrônica imprime o registro de cada voto, que deve ser conferido de forma manual pelo eleitor.
- c) na forma como concebido o sistema híbrido pelo Legislativo brasileiro, o processo de votação não seria concluído até que o eleitor confirmasse a correspondência entre o teor do seu voto e o registro impresso e exibido pela urna eletrônica.
- d) apesar de aprovada Lei estatuinto o sistema híbrido, a sua eficácia foi suspensa por Resolução do Senado Federal até que haja manifestação definitiva do Supremo Tribunal Federal a respeito da sua validade.
- e) o Supremo Tribunal Federal, em sede cautelar, conferiu interpretação conforme à Lei que instituiu o sistema híbrido para determinar que a sua implantação aconteça de forma gradual e de acordo com as disponibilidades de recursos e as possibilidades do Tribunal Superior Eleitoral.

**62.** NÃO constitui crime, no dia das eleições:

- a) a manifestação individual e silenciosa de preferência por partido político manifestada pelo uso de adesivo.
- b) a promoção de comício ou carreatas.
- c) a o impulsionamento de conteúdos nas aplicações de internet em rede social editada por partido político.
- d) a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos.
- e) a arregimentação de eleitor.

### **CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA**

Tiago Zanolla

Acerca das disposições do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, julgue os itens a seguir:

- 63.** Acerca do provimento, assinale a opção correta
- a) A opção e a permuta far-se-ão no interesse da Justiça por deliberação do Conselho da Magistratura.
  - b) O prazo para o Juiz entrar em exercício é de trinta (30) dias, contados da publicação do ato oficial de nomeação, prorrogável por idêntico período mediante solicitação do interessado.
  - c) Em todos os casos de promoção, remoção ou permuta, o prazo de entrada em exercício é de quinze (15) dias, prorrogável, justificadamente, por igual prazo.
  - d) O compromisso será reduzido a termo, e a posse somente se completará com a assinatura deste.
  - e) Os Juízes Substitutos tomarão posse perante o Tribunal, em sessão plenária, salvo manifestação em contrário do empossando.
- 64.** Acerca do tratamento, vestes talares e expediente, assinale a opção que não corresponde com o Código de Organização e Divisão Judiciárias.
- a) O magistrado aposentado perderá o tratamento correspondente ao cargo se fizer a inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil
  - b) Nos Juízos colegiados e nos atos solenes da Justiça é obrigatório o uso de vestes talares, conforme modelo aprovado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça.
  - c) Ao Tribunal de Justiça, suas Câmaras e Grupos, cabe o tratamento de egrégio, e a todos os magistrados o de ilustríssimo.
  - d) Os magistrados de primeiro grau de jurisdição deverão comparecer diariamente à sede do Juízo, salvo quando em diligência externa.
  - e) O magistrado aposentado perderá o tratamento correspondente ao cargo se dedicar-se a atividades político-partidárias.

**65. Aos Avaliadores Públicos incumbe**

- a) proceder à contagem do principal e dos juros nas ações referentes a dívidas em quantia certa e nos cálculos aritméticos que se fizerem necessários relativamente a direitos e obrigações.
- b) cumprir, sob pena de responsabilidade, as disposições legais sobre recolhimento de importâncias devidas a instituições ou fundos.
- c) distribuição de todos os processos e atos entre Juízes, Escrivães, titulares de ofícios de justiça e agentes delegados do foro extrajudicial.
- d) expedir laudo de avaliação de bens, rendimentos, direitos e ações, segundo o que for determinado no mandado.
- e) contar, em todos os feitos, antes da sentença ou de qualquer despacho definitivo, mediante ordem do Juiz, os emolumentos e as custas, conforme previsto no regimento respectivo.

**66. Os auxiliares da justiça do foro judicial, pelas faltas cometidas no exercício de suas funções, ficarão sujeitos à penalidade de demissão quando**

- a) reincidência, em caso de insubordinação.
- b) exercer cumulativamente dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções permitidas em lei.
- c) revelar fato ou informação de natureza sigilosa de que tenha ciência em razão do cargo ou função.
- d) delegar, salvo nos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que a si competir ou a seus subordinados
- e) valer-se do cargo ou função para obter proveito pessoal em detrimento da dignidade do cargo ou função

**CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ**

Tiago Zanolla

Acerca das disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, julgue os itens a seguir:

**67. Acerca da conclusão e da remessa, assinale a opção correta.**

- a) As conclusões ao Juiz e as remessas ao Ministério Público serão realizadas diariamente, em qualquer horário, sem limitação de quantidade.
- b) Não se admitirá a existência de processo, na Secretaria, aguardando conclusão ou remessa, exceto na hipótese de afastamento do Juiz Titular, caso o Substituto seja designado para atender somente as medidas urgentes.
- c) Em nenhuma hipótese se admitirá processo paralisado na Secretaria por prazo superior a 30 (trinta) dias.
- d) No caso de prazo comum às partes, somente após o seu decurso serão conclusos os autos, inclusive os casos de urgência ou quando todas as partes se manifestarem em prazo inferior.
- e) As conclusões ao Juiz e as remessas ao Ministério Público serão realizadas diariamente, limitados a 100 autos, durante o horário de expediente forense.

**68. Acerca das publicações, assinale a opção correta**

- a) A publicação eletrônica substitui qualquer outro meio de publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal
- b) Eventuais retificações, decorrentes de erros ou omissões de elementos indispensáveis na publicação, deverão constar de nova publicação, após decisão judicial.
- c) O Diretor de Secretaria tomará providências para que as intimações por edital não violem eventual segredo de justiça.
- d) Se houver mais de uma pessoa no polo ativo ou no polo passivo, mencionar-se-á o nome dos três primeiros, acrescido da expressão "e outro(s)".
- e) A intimação para pagamento ou depósito de certa quantia, preparo de conta ou mera ciência de cálculo ou conta deverá sempre mencionar o telefone do contador judicial.

69. Acerca das competências no sistema Projudi, assinale a opção que está em desacordo com o Código de Normas.

- a) Os procedimentos investigatórios, bem como as comunicações de prisão em flagrante e os processos criminais de qualquer natureza, até mesmo os da classe “crimes contra vida”, devem ser cadastrados, movimentados e julgados no Sistema Projudi Criminal, competência “Vara Criminal”.
- b) No caso de condenação em regime fechado e semiaberto, os processos deverão ser cadastrados e movimentados na competência “Vara de Execuções em Meio Fechado e Semiaberto”.
- c) A execução da pena de multa e a cobrança das custas processuais deverão ser feitas no processo de conhecimento.
- d) Constatado o cadastramento irregular dos autos no Sistema Projudi, o responsável pela Unidade Judiciária deverá providenciar a imediata remessa para a competência correta e, em seguida, comunicar as correções ao Distribuidor. Se o equívoco de cadastro ocorrer em relação aos campos Classe e Assunto, far-se-á, desde logo, a correção, na própria Unidade Judiciária, sem comunicação ao Distribuidor.
- e) O processo será remetido para a competência “Vara Plenário do Tribunal do Júri” somente após a preclusão da decisão de pronúncia.

70. Acerca da prisão e da soltura, julgue os itens a seguir e assinale a opção correta.

- a) Decorrido o prazo da prisão temporária, o preso será colocado em liberdade independentemente da expedição de alvará de soltura, desde que não exista outra restrição, devendo a autoridade policial ou o Diretor do estabelecimento prisional comunicar tal fato ao Juízo.
- b) Cumprido o mandado de prisão ou o alvará de soltura em outro Estado da Federação, caberá à Autoridade Policial a alimentação dos dados no Sistema Projudi/eMandado

- c) A autoridade judiciária deverá comunicar a prisão de qualquer pessoa estrangeira à missão diplomática de seu Estado de origem ou, na sua falta, ao Ministério das Relações Exteriores, bem como ao Ministério da Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias.
- d) Nos casos excepcionais de comprovada falha do Sistema Informatizado, o alvará de soltura será redistribuído.
- e) Prorrogada a prisão temporária, não será necessário novo mandado de prisão.

### **DIREITO EMPRESARIAL**

Alessandro Sanchez

71. No que respeita aos direitos e obrigações dos sócios, assinale a alternativa correta.

- a) As obrigações dos sócios começam imediatamente com o registro do contrato social na Junta Comercial do Estado respectivo, se o contrato não fixar outra data, e terminam quando liquidada a sociedade.
- b) A cessão total ou parcial da quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, terá eficácia quanto a estes e à sociedade, mas não perante terceiros.
- c) É anulável a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.
- d) A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária dos administradores que a realizarem e dos sócios que os receberam, conhecendo ou devendo conhecer-lhes a ilegitimidade.
- e) Os sócios são obrigados, na forma e no prazo previstos, às contribuições estabelecidas no contrato social e, aquele que deixar de fazê-lo, nos trinta dias seguintes ao da notificação pela sociedade deverá, imediatamente, ser excluído da sociedade, a ela convertendo as quotas que a ele pertenciam.

**72.** Um contrato social de uma Sociedade Simples não determina qualquer *quórum* especial para a alteração do contrato social. Neste caso, querendo os sócios alterarem o contrato social, para que um sócio que tenha 25% passe a ter 30% das quotas e outro que tenha 35% passe a ter, também, 30%, o quórum necessário para esta modificação será

- a) maioria simples dos sócios.
- b) unanimidade dos sócios.
- c) 2/3 do capital social.
- d) apenas a aquiescência dos dois sócios envolvidos.
- e) maioria dos presentes.

**73.** O Código Civil brasileiro adotou, de forma indireta, uma definição para o termo jurídico “empresa”. Levando em conta, esta definição, amplamente aceita e adotada pela doutrina pátria, a palavra-chave que está presente nesta definição é

- a) atividade.
- b) pessoa.
- c) coisa.
- d) instituição.
- e) local.

**74.** Com relação à teoria geral do direito societário e ao conceito, à personificação e à classificação das sociedades, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato de sociedade é um negócio jurídico plurilateral por meio do qual duas ou mais pessoas, naturais ou jurídicas, ajustam entre si a constituição de uma sociedade, que poderá ou não ter personalidade jurídica; as pessoas que dele participarem se obrigarão a contribuir, reciprocamente, com bens ou serviços, para o exercício de uma atividade econômica.
- b) A sociedade é uma coletividade de pessoas. Sendo assim, os incapazes, que não poderão ser titulares de bens, também não poderão ser titulares de quotas ou ações das sociedades simples ou empresárias.

c) Nas sociedades em conta de participação, existem os sócios ostensivos e os ocultos, sendo ambos responsáveis pela negociação com terceiros e pela realização da prestação e ambos partilhando, em consequência, os respectivos resultados.

d) As sociedades dividem-se em simples e empresárias, sendo exemplos destas últimas as sociedades por ações e as sociedades cooperativas.

e) Para a constituição de uma sociedade, deve-se observar a forma estritamente prescrita em lei, isto é, não será válido um contrato de sociedade que não respeite a forma legal.

**75.** As sociedades empresariais podem ser

- a) anônimas ou ilimitadas.
- b) simples e cooperativas.
- c) personificadas e não personificadas.
- d) simples e limitadas.
- e) nenhuma das alternativas.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

**76.** De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte
- b) Incide ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público
- c) O fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.
- d) O ICMS não incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.
- e) O IPVA não pode incidir sobre embarcações e aeronaves, desde que exista lei estadual nesse sentido.

**77.** Julgue os itens a seguir:

- i) A capacidade contributiva relativa (ou subjetiva) determina que, ao criar uma norma tributária, a lei deve levar em consideração circunstâncias que efetivamente denotem a existência de capacidade econômica do contribuinte.
  - ii) A capacidade contributiva absoluta (ou objetiva) diz respeito à medida da tributação. Tem como objetivo estabelecer parâmetros sobre a intensidade do poder de tributar.
  - iii) Os impostos sempre devem ter caráter pessoal, sob pena de ofensa ao princípio da capacidade contributiva.
- a) Todos os itens estão corretos.
  - b) Nenhum dos itens está correto.
  - c) Apenas os itens i e ii estão corretos
  - d) Apenas os itens ii e iii estão corretos.
  - e) Apenas o item iii está correto.

**78.** Assinale a alternativa incorreta:

- a) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo
- b) É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.
- c) O instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN) não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.
- d) A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, ainda quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

e) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, dois são os fundamentos que justificam a existência do instituto da denúncia espontânea: o primeiro é de ordem ética, por valorizar o comportamento de quem espontaneamente regulariza sua situação junto ao fisco; o segundo fundamento é econômico, pela redução dos custos incorridos pela administração tributária na fiscalização das atividades dos contribuintes.

**79.** Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária são reservadas à lei complementar.
- b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- d) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.
- e) Todas estão corretas.

**80.** Assinale a alternativa correta:

- a) A União não pode estabelecer isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, salvo em caso de calamidade pública ou guerra externa.
- b) Excepcionalmente, desde que aprovado por 2/3 do Congresso Nacional, em dois turnos, é possível à União isentar tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- c) Os Estados-Membros da Federação podem estabelecer isenções de tributos municipais quando a Constituição Estadual assim o autorize.
- d) É constitucional um tratado internacional que conceda isenções de tributos da competência dos Estados e dos Municípios.
- e) Todas estão corretas.

**DIREITO AMBIENTAL**

Thiago Leite

**81.** O artigo 225, da Constituição Federal, em seu §3º, traz a base para a responsabilização decorrente do dano ambiental, ao prescrever que “*As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados*”. Quanto ao tema, assinale alternativa correta:

- a) O STJ, dando uma guinada em seu entendimento, entende que a responsabilidade administrativa ambiental é objetiva, independentemente de culpa ou dolo.
- b) A responsabilidade penal ambiental independe da ocorrência do dano, ao contrário da responsabilidade civil.
- c) A responsabilidade civil ambiental é solidária, subjetiva e calcada na teoria da culpabilidade.
- d) Os responsáveis pelo dano ambiental são coobrigados solidários quanto ao ressarcimento pela degradação do meio ambiente, formando-se, em regra, um verdadeiro litisconsórcio necessário.
- e) Segundo entendimento pacificado do STF e do STJ, a pessoa jurídica não poderá ser responsabilizada penalmente por crime ambiental, haja vista que ela não possui vontade própria.

**82.** Quanto ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, instituído pela Lei nº 9.985/2000, assinale a alternativa correta:

- a) Entende-se por zoneamento o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.
- b) O SNUC tem, dentre os seus objetivos, o de proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito continental.
- c) O órgão executor do SNUC é o Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama.
- d) As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas, a saber: unidades de Proteção Integral e unidades de Proteção Parcial.

e) A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas.

**83.** Acerca da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, instituída pela Lei nº 6.938/81, assinale a alternativa correta:

- a) A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua. Sendo temporária, o prazo mínimo da servidão ambiental é de 15 (quinze) anos.
- b) Os instrumentos da PNMA são ferramentas colocadas à disposição do Poder Público e da sociedade para a consecução de seus objetivos. Dentre os instrumentos sociais, podemos citar o seguro ambiental e a servidão ambiental.
- c) O órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA é o Conselho de Governo.
- d) A PNMA visa garantir a máxima preservação do meio ambiente, o que exclui a exploração econômica dos recursos naturais.
- e) O contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental deve ser averbado junto ao Ministério do Meio Ambiente.

**84.** Um imóvel rural localizado na zona rural do Município de Ipiranga/PR, cidade com forte vocação para a agricultura, deve conservar, à título de reserva legal, uma área mínima de:

- a) 80%
- b) 50%
- c) 35%
- d) 20%
- e) 15%

**85.** Sobre a LC 140/11, assinale a alternativa correta:

- a) Entende-se por atuação subsidiária a ação do ente da Federação que se substitui ao ente federativo originariamente detentor das atribuições, nas hipóteses definidas na referida Lei Complementar.
- b) Compete à União licenciar atividades ou empreendimentos localizados na zona econômica exclusiva.
- c) Compete ao Estado do Paraná licenciar atividades ou empreendimentos localizados em terras indígenas localizadas no território paranaense.
- d) Compete ao IBAMA lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de quaisquer infrações à legislação ambiental.
- e) Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelo Estado e pelo Município, conjuntamente, em conformidade com as atribuições estabelecidas nos termos da LC 140/11.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Rodolfo Penna

**86.** No que diz respeito às regras sobre segurança jurídica e eficiência na aplicação do direito público, previstas na LINDB (Decreto-lei n<sup>o</sup> 4.657/42), é correto afirmar:

- a) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de culpa ou erro grosseiro.
- b) As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza, ainda que relativas à fatos distintos.
- c) É possível decidir com base em valores jurídicos abstratos na esfera judicial, sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão, mas não nas esferas controladora e administrativa.
- d) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

e) A edição de atos normativos de mera organização interna poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.

**87.** Sobre o Processo Administrativo no âmbito da Lei 9.784/99, é correto afirmar que:

- a) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado, que deve ser formulado por escrito, não sendo admitida solicitação oral.
- b) Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares. Tal delegação pressupõe subordinação hierárquica.
- c) A edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação.
- d) O processo administrativo sempre será iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.
- e) A delegação ocorrerá quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

**88.** Em relação aos Agentes Públicos, nos termos da CF/88, é incorreto afirmar:

- a) Não é possível a cumulação de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- b) A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.
- c) O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.

- d) O servidor público segurado do regime próprio de previdência social, no exercício de mandato eletivo, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.
- e) Os Estados podem fixar, como limite único para remuneração e subsídio dos seus servidores, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando o referido teto aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.

**89.** Em relação aos atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) Os atos compostos são aqueles que necessitam, para sua formação, da manifestação de vontade de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades.
- b) A autoexecutoriedade permite que os atos administrativos sejam diretamente implementados pela Administração, afastando assim, eventual apreciação judicial.
- c) A licença, a autorização e permissão são espécies de atos ordinatórios.
- d) O vício consistente na falta de motivação de portaria de remoção *ex officio* de servidor público pode ser convalidado, de forma excepcional, mediante a exposição, em momento posterior, dos motivos idôneos e preexistentes que foram a razão determinante para a prática do ato, ainda que estes tenham sido apresentados apenas nas informações prestadas pela autoridade coatora em mandado de segurança impetrado pelo servidor removido.
- e) A Lei 9.784/99, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para revisão de atos administrativos no âmbito da administração pública federal, não pode ser aplicada de forma subsidiária aos Estados e municípios, ainda que inexistente norma local e específica regulando a matéria.

**90.** Considerando a Lei 8.429/92, assinale a alternativa correta sobre o procedimento administrativo e processo judicial de improbidade administrativa:

- a) Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão processante representará ao Ministério Público para que este decrete o sequestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.
- b) A ação de improbidade será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de quarenta e cinco dias da efetivação da medida cautelar.
- c) Recebida a petição inicial, será o réu citado para apresentar contestação. Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 90 (noventa) dias.
- d) Estando a inicial em devida forma, o juiz ordenará a notificação do requerido para oferecer manifestação por escrito dentro do prazo de dez dias.
- e) A propositura da ação não prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas, ainda que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

**91.** Sobre Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa incorreta

- a) Não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- b) O ônus da prova das hipóteses de exclusão ou atenuação da responsabilidade civil do estado, com base na teoria do risco administrativo, é da Administração Pública.
- c) O Estado responde de forma objetiva pelos danos causados a profissional de imprensa ferido, por policiais, durante cobertura jornalística de manifestação pública em que ocorra tumulto ou conflito, desde que o jornalista não haja descumprido ostensiva e clara advertência quanto ao acesso a áreas definidas como de grave risco à sua integridade física, caso em que poderá ser aplicada a excludente da responsabilidade por culpa exclusiva da vítima.

d) As empresas públicas, pessoas jurídicas de direito privado, são submetidas à responsabilidade civil objetiva, independentemente de seu objeto.

e) O Estado possui responsabilidade civil direta, primária e objetiva pelos danos que notários e oficiais de registro, no exercício de serviço público por delegação, causem a terceiros.

**92.** Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, sobre concursos públicos, servidores públicos, processo administrativo disciplinar é correto afirmar:

a) É válida, em razão da teoria do fato consumado, bem como segurança jurídica, a modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

b) Só por lei ou ato administrativo pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

c) O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.

d) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.

e) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

**93.** No que diz respeito ao tema Intervenção do Estado na Propriedade Privada, assinale a alternativa correta

a) A indenização pela limitação administrativa ao direito de edificar, advinda da criação de área *non aedificandi*, é devida quando imposta sobre imóvel urbano ou rural e desde que fique demonstrado o prejuízo causado ao proprietário da área.

b) O ato de tombamento ainda que geral precisa individualizar os bens abarcados pelo tombamento.

c) É devido o direito à indenização mesmo se o imóvel expropriado foi adquirido após a imposição de limitação administrativa.

d) Os juros moratórios incidem pela simples perda antecipada da posse, no caso de desapropriação, e pela limitação da propriedade, no caso de servidão administrativa.

e) Inexistindo ofensa à harmonia estética de conjunto arquitetônico tombado, não há falar em demolição de construção acrescida.

**94.** Acerca dos Bens Públicos, assinale a alternativa correta

a) Os bens integrantes do acervo patrimonial de sociedades de economia mista, ainda que sujeitos a uma destinação pública, são suscetíveis de serem adquiridos por meio de usucapião.

b) As concessões de terras devolutas situadas na faixa de fronteira, feitas pelos Estados, retiram o domínio da União, quando esta se mantenha inerte ou tolerante, em relação aos possuidores.

c) Terras em faixas de fronteira e aquelas sem registro imobiliário não são, por si só, terras devolutas, cabendo ao ente federativo comprovar a titularidade desses terrenos.

d) Construção ou atividade irregular em bem de uso comum do povo não revela dano presumido à coletividade, sendo indispensável prova de prejuízo em concreto.

e) A ocupação indevida de bem público configura posse, suscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

Felipe Cavalcante

**95.** A respeito dos regimes de previdência social, é correto afirmar:

- a) os notários e registradores do Paraná, por exercerem função pública, devem estar vinculados ao regime próprio de previdência dos servidores do estado;
- b) ao servidor contratado por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, aplica-se o regime geral de previdência social;
- c) o servidor titular de cargo efetivo, vinculado ao regime próprio de previdência dos servidores, não pode aderir, facultativamente, ao regime de previdência complementar;
- d) o titular de cargo efetivo que venha a ocupar, transitoriamente, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração do Poder Executivo será vinculado, com relação a este último, ao regime geral de previdência social;
- e) o militar estadual submete-se ao mesmo regime jurídico previdenciário aplicável aos servidores públicos civis, sem qualquer distinção.

**96.** A respeito dos segurados do Regime Geral de Previdência, pode-se afirmar que:

- a) o garimpeiro é segurado especial.
- b) o médico-residente é segurado obrigatório, na condição de empregado, da instituição hospitalar em que desenvolve suas atividades.
- c) o empregado intermitente, enquanto perdurar o vínculo formal de trabalho, contará tempo de contribuição independentemente do valor de seus recolhimentos mensais para a previdência.
- d) o síndico pode filiar-se facultativamente à previdência, quando não receber isenção da respectiva taxa de condomínio.
- e) o aposentado pelo regime geral é isento das contribuições previdenciárias, inclusive quando permanece no exercício de atividades remunerada.

**97.** Assinale a alternativa correta a respeito da aposentadoria por incapacidade permanente:

- a) O valor será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento) para o segurado que necessitar do auxílio permanente de terceiros.
- b) O benefício corresponderá a 91% (noventa e um por cento) do salário-de-benefício.
- c) O benefício será concedido ao segurado reabilitado para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, sendo-lhe pago por tempo determinado.
- d) Em nenhuma hipótese, o benefício será pago ao segurado portador de doença ou lesão de que já era portador ao filiar-se ao Regime Geral da Previdência Social.
- e) O acréscimo de 25% para o segurado que necessita do auxílio permanente de terceiros é aplicável a todas as modalidades de aposentadoria, e não apenas à aposentadoria por incapacidade permanente.

**98.** Em caso de acidente do trabalho, o segurado faz jus aos seguintes direitos, exceto:

- a) estabilidade provisória de 12 meses, após a cessação do benefício acidentário.
- b) aposentadoria por incapacidade com o valor de 100% da média contributiva, se incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.
- c) acréscimo de 25% sobre o valor da aposentadoria, quando o acidente gerar consequências permanentes.
- d) indenização, a ser pleiteada perante a justiça do trabalho, quando o acidente ocorrer por culpa do tomador de serviço.
- e) implantação de um benefício pelo INSS, quando o acidente ocorrer por culpa do próprio trabalhador acidentado.

**99.** Os planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar devem, obrigatoriamente, prever os seguintes institutos:

- a) benefício proporcional diferido, independentemente da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador ou associativo com o instituidor antes da aquisição do direito ao benefício pleno, a ser concedido quando cumpridos os requisitos de elegibilidade.
- b) portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano.
- c) resgate da totalidade do direito acumulado pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo, na forma regulamentada.
- d) faculdade de o participante manter o valor de sua contribuição no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes àquela remuneração ou em outros definidos em normas regulamentares.
- e) faculdade de o participante manter o valor de sua contribuição para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes à sua remuneração, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida.

**100.** Após a edição da Emenda Constitucional n. 103/19, os regimes próprios de previdência social:

- a) não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal;
- b) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria e pensão por morte;
- c) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte e salário-maternidade;
- d) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte, salário-maternidade e benefícios por incapacidade temporária;
- e) deverão ser extintos.

## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-PR-31-07-2021>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---